



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA, EXECUÇÕES FISCAIS, ACIDENTES DE TRABALHO E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE ITAJAÍ - SC.**

**URGENTE!!!**

**BERNARDO LAURENTINO DA COSTA**, brasileiro, menor impúbere, nascido em 01/11/2005, portador da Cédula de Identidade n. 7.136.560, inscrito no CPF sob o n. 097.459.189-03, neste ato representado por sua genitora, **ANDRÉA RUSSI LAURENTINO DA COSTA**, brasileira, casada, desempregada, portadora da Cédula de Identidade n. 3.054.464 SSP/SC, inscrita no CPF sob o n. 003.746.889-82, ambos residentes e domiciliadas na Rua Zózimo José Peixoto, n. 57, bairro Centro, em Itajaí-SC, CEP: 88.303-010, vem, à presença de Vossa Excelência, consoante instrumento de mandato anexo, propor a presente

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER**  
**com pedido de TUTELA DE URGÊNCIA**

em face do **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 83.102.277/0001-52, estabelecida na Rua Alberto Werner, n. 101, bairro Vila Operária, Itajaí/SC, CEP: 88.304-053, pelas razões de fato e de direito que passa a expor e ao final requerer:



## 1. DOS FATOS

O autor é portador de Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme laudo médico em anexo:

“Atesto para os devidos fins que BERNARDO LAURENTINO DA COSTA está em acompanhamento por Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tem sintomas de irritabilidade e agressividade e necessita da medicação aripiprazol 10mg com urgência, para que possamos dar continuidade ao tratamento “

Conforme as respostas do médico responsável ao questionário da Portaria n. 001/2015 GVFEFATRP, também em anexo, o medicamento pleiteado na presente demanda é insubstituível, devido aos fatores de risco que outros medicamentos têm e podem causar ao autor.

Os medicamentos possuem, em média, o valor de R\$ 487,46 (quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos), conforme orçamentos (doc. Anexo).

Ao procurar os postos de medicamentos municipais, foram negados ao autor o medicamento necessário para seu tratamento, conforme negativas em anexo.

Ademais, os familiares não possuem mais recursos ou bens passíveis de alienação para o pagamento do medicamento em questão.

Assim, requer a tutela jurisdicional deste r. juízo, para o fim de determinar o fornecimento do medicamento “ARIPRAZOL 10mg” ao autor, para que este possa enfrentar com dignidade esta doença que além de prejudicial à saúde, apresenta efeitos em sua capacidade para inclusão na sociedade.



## **2. DO DIREITO**

Antes de adentrarmos no mérito da demanda, ante a insuficiência econômica do Requerente, urgência e necessidade no fornecimento do medicamento, objeto da presente demanda, faz-se necessário arguir as seguintes preliminares:

### **2.1. PREMILIMARMENTE**

#### **2.1.1 Da Justiça Gratuita**

Inicialmente, o autor informa que não possui condições de custear as despesas processuais sem o prejuízo do próprio sustento, conforme verifica-se do comprovante de renda que segue anexo, pelo que, com fundamento na Lei 1.060/50 e artigo 98 do CPC, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

#### **2.1.2. Da Tutela de Urgência**

Em se tratando de tutela de urgência, cumpre não perder de perspectiva que o seu deferimento depende da satisfação dos pressupostos específicos elencados no art. 300 do Código de Processo Civil, fazendo-se necessário demonstrar meios evidentes de convencimento ao magistrado (probabilidade do direito) acerca da verossimilhança das alegações, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ao exercício do direito invocado, bem como a reversibilidade da medida.

Nos termos do art. 300, caput, e §§2º e 3º, do CPC:

**Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.**

**[...]**

**§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.**



**§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.**

*In casu*, os requisitos ensejadores do deferimento da medida restam preenchidos, posto que os documentos que instruem o pleito demonstram a necessidade e a urgência do fornecimento do tratamento em questão, assim como os prováveis riscos à saúde do Autor.

Desta feita, considerando a verossimilhança das alegações trazidas à baila, a prova inequívoca da urgência e necessidade do tratamento e o fundado receio de dano irreparável, haja vista os prejuízos suportados pelo Autor, entende-se pela concessão da tutela de urgência para o fim de determinar ao Município o imediato fornecimento do medicamento pleiteado.

### **2.1.3. Da efetivação da tutela antecipada - Imposição de multa diária ao réu pelo descumprimento da tutela de urgência**

O artigo 297 do CPC dispõe que ***“O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.”***

Por analogia, destaca-se ainda as disposições previstas no artigo 536, caput e § 1º do mesmo diploma legal, in verbis:

**Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.**

**§ 1º Para atender ao disposto no caput, o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de**



**obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.**

Assim, ante a permissão legal e ao todo exposto nesta peça, faz-se necessário que quando da concessão da tutela de urgência, seja imposta uma multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) em favor do Requerente, em caso de a Requerida não cumprir o determinado na antecipação da tutela.

## **2.2. DO MÉRITO**

### **2.2.1. Da Legitimidade Passiva**

Por definição legal a Secretaria de Saúde do Município de Itajaí é a Gestora do SUS no âmbito dessa esfera de governo.

Comanda o artigo 9º, da Lei nº 8.080/90:

**A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I, do artigo 198, da Constituição Federal, sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:**

**III- No âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.**

Assim, nos limites territoriais do município de Itajaí, a gestora do SUS é a Secretaria municipal de Saúde, no caso, parte do município de Itajaí, justamente a ré.

Dessa forma, não há que se falar em ilegitimidade passiva.

### **2.2.2. Do Dispositivo Constitucional**

O artigo 196, da Constituição Brasileira, vaticina:



**A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso “universal igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.**

Ainda, no artigo 198, I, desta Carta-Mor, diz:

**As ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:**

**I- descentralização, com direção única em cada esfera de governo;**

No caso, pois, é direito incontestado do Requerente, posto que o Município de Itajaí (SUS – Secretaria Municipal de Saúde) tem o dever de promover, proteger e recuperar a saúde da pessoa, custeando o tratamento necessário.

O não fornecimento do medicamento em tela pode causar sérios riscos à saúde do Requerente, urge assim, lhe seja assegurado, nos termos da Carta Política Brasileira acompanhada da Legislação esparsa e da Lei Orgânica do Município de Itajaí, o fornecimento do respectivo medicamento, conforme indicação dos profissionais médicos, segundo a urgência que requer o caso.

O artigo 6º da Carta Magna estabelece como direito fundamental do homem, dentre outros, a saúde. Vejamos:

**Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição**

Dessa forma, é incontroverso que recai sobre a ré o dever de proporcionar as condições necessárias para garantir a saúde do autor.



Nesse sentido, é o entendimento pacificado pela jurisprudência nacional, e, por consequência, pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, senão vejamos:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE DETERMINOU O FORNECIMENTO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DENOMINADO "ADENOAMIGDALECTOMIA, SEPTOPLASTIA" E "TURBINECTOMIA" EM CRIANÇA, PORTADORA DE "DESVIO SEPTAL, HIPERTROFIA DAS AMÍGDALAS E DE CORNETOS". ATESTADO MÉDICO PRESCRITO POR PROFISSIONAL VINCULADO AO SUS, COMPROVANDO A NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA CIRURGIA ALMEJADA. ENFERMIDADES E URGÊNCIA RECONHECIDAS. DIREITO À SAÚDE CONSAGRADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 196). PROCEDIMENTO EFETUADO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.**

Processo: 0018603-25.2016.8.24.0000, Relator: Cesar Abreu, Origem: Capital, Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público)

**AGRAVO POR INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER AFORADA EM FACE DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE E DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CIRURGIA ORTOPÉDICA NO JOELHO DIREITO, DENOMINADA "ARTROPLASTIA COM SUBSTITUIÇÃO DE PRÓTESE E DIMINUIÇÃO DA INFECÇÃO". INSURGÊNCIA DA AUTORA EM RAZÃO DE INTERLOCUTÓRIO QUE INDEFERIU A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. PACIENTE IDOSA (81 ANOS) E COM RISCO DE DIMINUIÇÃO DA MOBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO DA CIRURGIA JUNTO AO SUS. URGÊNCIA NA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DEMONSTRADA, ANTE A GRAVIDADE DO QUADRO E DAS CONSEQUÊNCIAS QUE PODERIAM ADVIR. SUPREMACIA DO DIREITO À SAÚDE E À VIDA SOBRE CONDICIONAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS. PRINCÍPIOS DA**



**PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE  
PREPONDERANTES PARA A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL  
LÍDIMA E JUSTA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA REFORMADA.  
RECURSO PROVIDO.**

(Processo: 0025289-33.2016.8.24.0000, Relator: Carlos Adilson Silva, Origem: Joinville, Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Público).

E ainda,

**APELAÇÕES CONCOMITANTEMENTE INTERPOSTAS E  
REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA PARA A  
REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO (ORTOPLASTIA  
TOTAL DE QUADRIL) E FORNECIMENTO DE PRÓTESE  
ESPECIAL.**

**RECURSO INTERPOSTO PELO ESTADO.**

(...)

**"O funcionamento do Sistema Único de Saúde é de  
responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos  
Municípios, de modo que qualquer um desses entes tem  
legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de  
demanda que objetiva a garantia do acesso a medicamentos  
para tratamento de problema de saúde" (STJ - AgRg no AREsp  
nº 264840, do CE. Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho,  
julgado em 26/05/2015).**

(...)

Processo: 0016623-46.2013.8.24.0033, Relator: Luiz Fernando Boller, Origem: Itajaí, Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Público)

(Grifo nosso)

Conforme exposto, tudo o que estava ao alcance da Requerente e dos seus familiares, no que se refere ao custeio do seu tratamento, foram realizados pelos mesmos. Todavia, estes não possuem condições de custear o medicamento em questão.





Dessa forma, não pairam dúvidas sobre a possibilidade jurídica e necessidade da autora, razão pela qual, de rigor, a PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

### 3. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

#### PRELIMINERMANTE:

a) A concessão dos benefícios da justiça gratuita ao Requerente; e;

b) A concessão da tutela de urgência, determinando-se que a ré providencie imediatamente o fornecimento do medicamento “ARIPRAZOL 10mg”, ou, subsidiariamente, caso o referido medicamento não seja fornecido pelo Sistema único de Saúde, o pagamento do valor destinado a contratação particular, conforme orçamentos que seguem anexos, sob pena de multa diária no importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para o caso de descumprimento da medida antecipada conferida;

#### MERITALMENTE:

c) Com fundamento no artigo 335 do CPC, a citação da Requerida para, no prazo legal, querendo, apresentar contestação;

d) Ao final, que a presente demanda seja julgada **TOTALMENTE PROCEDENTE**, confirmando-se a tutela de urgência concedida, e, por consequência, determinando-se o fornecimento do medicamento “ARIPRAZOL 10mg”, através do Sistema único de Saúde ou o pagamento do valor destinado a contratação particular, à custa da Requerida;



e) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios, na forma do artigo 85 do CPC.

**Por oportuno, com fundamento no artigo 334, §5º do CPC, em razão da natureza da demanda, a Requerente informa que dispensa a audiência de mediação/conciliação.**

Dá-se à causa, o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Termos em que,  
Pede deferimento.

Itajaí, 01 de março de 2018.

**DENÍSIO DOLÁSIO BAIXO**  
**OAB/SC 15.548**